



PRÁTICAS DE GEOGRAFIA NO CAMPO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: UMA REVISÃO

GEOGRAPHIC PRACTICES IN HERITAGE PRESERVATION FIELD: A REVIEW

Ana Betânia Pimentel (1)

Caio Augusto Amorim Maciel (2)

Maria Goretti da Costa Tavares (3)

Conflitos de interesses, filiação institucional e responsabilidades

Os autores declaram não haver interesses conflitantes.

Afiliações Institucionais são informadas pelo(s) autor(es) e de inteira responsabilidade do(s) informante(s). O(s) autor(es) é(são) responsável(is) por todo o conteúdo do artigo, incluindo todo tipo de ilustrações e dados.

Recebido em: nov./2020

Aceito em: jun./2021

(1) Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE, anabetamb@yahoo.com.br

(2) Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, camorim3@terra.com.br

(3) Professora do Departamento de Geografia da UFPA, mariagg29@gmail.com

**Resumo**

Refletir sobre as práticas de pesquisa e extensão na Geografia é uma das vias interessantes para o entendimento das particularidades da produção do conhecimento geográfico e da emergência de áreas de estudo na disciplina. A partir da revisão de literatura realizada, pretende-se desenhar um breve panorama sobre como tem se praticado o estudo do tema Patrimônio na Geografia brasileira. Para isso procuramos, de maneira preliminar, indicar as principais tendências dos trabalhos geográficos acadêmicos no Patrimônio, a partir da revisão bibliográfica das principais obras publicadas nesse campo do conhecimento, dando ênfase aqui aos temas abordados de forma mais recorrente pelos estudos levantados.

Palavras-chave

Geografia. Patrimônio. Pesquisa. Extensão.

Abstract

Reflecting on research practices and extension in geography is one of the interesting ways to understand the particularities of the production of geographic knowledge and the emergence of new areas of study in the discipline. The literature review aimed to draw a brief overview of how the study of the theme of Cultural Heritage in Geography in Brazil has been practiced. For this, we seek, in a preliminary way, to indicate the main working trends of Geography in Cultural Heritage, from the bibliographic review of the main works published in the field, emphasizing here the themes most frequently addressed by the studies required.

Keywords:

Geography. Cultural Heritage. Research. Extension.



Introdução

Paul Claval (2014), em seu livro dedicado aos paradigmas da Geografia, aponta como uma das vertentes dos estudos epistemológicos, aquela voltada para o entendimento do trabalho dos pesquisadores, “às práticas científicas dos geógrafos” (CLAVAL, 2014, p.16). Tais práticas abarcariam vários elementos diretamente ligados com às particularidades da produção do conhecimento geográfico como, por exemplo, desde a opção e a forma de uso dos recursos metodológicos, o desenvolvimento de conceitos, as rotinas de trabalhos de campo, entre outros. Uma das formas passíveis de compreensão dessas práticas é a realização de levantamentos dos trabalhos científicos publicados, em especial nos periódicos, anais de congresso, livros em uma determinada área da Geografia.

No presente artigo pretendemos desenhar um breve panorama sobre como tem se praticado o estudo do tema do Patrimônio entre os profissionais da Geografia, no Brasil. Para isso procuramos, de maneira preliminar, indicar as principais tendências de trabalho da Geografia no Patrimônio, a partir da revisão bibliográfica das principais obras publicadas no campo, dando ênfase aqui aos livros e teses mais representativas daqueles temas que apareceram de forma mais recorrente no decorrer da revisão.

Paralelamente, nesse percurso, procurou-se destacar as práticas da atuação profissional dos geógrafos na preservação do patrimônio, por entendermos que àquelas práticas científicas de que nos fala Claval (2014) estão muitas vezes alicerçadas sobre essas experiências profissionais concretas, as quais se rebatem no desenvolvimento desse “saber-fazer” científico, que progride na medida em que “[...] se penetra mais longe no real, fazendo trabalho de campo, entrevistas e medições de laboratório [...]” (CLAVAL, 2014, p. 16). Observando-se, por um lado as publicações e, por outro, a atuação profissional dos autores levantados é possível perceber uma relação entre uma e outra na consolidação dos trabalhos da Geografia na interface com o Patrimônio.

Desse modo, buscou-se distinguir algumas nuances na forma de trabalhar o tema do patrimônio a partir de uma revisão bibliográfica sobre as principais publicações de livros resultantes de pesquisas acadêmicas nessa interface Geografia/Patrimônio. Na segunda parte, nos dedicamos a relacionar a incursão crescente da Geografia no campo do Patrimônio com a atuação também cada vez evidente, ainda que pouco expressiva face a outras categorias profissionais (da Arquitetura, História, Antropologia, por exemplo), nas práticas e políticas preservacionistas. Para isso usamos dois exemplos da atuação profissional dos geógrafos(as) diretamente na preservação: a) da participação em projetos de extensão universitária promovida por professores de Geografia; e b) a partir da experiência dos geógrafos e geógrafas que faz a



formação do mestrado profissional do IPHAN vivenciam as práticas preservacionistas daquela autarquia.

Portanto, além do delineamento de como o tema do Patrimônio vem sendo abordado pela Geografia no Brasil a partir dessa bibliografia, buscou-se também demonstrar que o patrimônio tem crescido como tema de interesse de pesquisa na Geografia em função das práticas profissionais dos geógrafos junto à órgãos de políticas públicas, tais como IPHAN, bem como, em função do desenvolvimento de práticas de extensão universitária, que incluem na formação do geógrafo a dimensão da preservação, através da educação patrimonial.

Procedimentos metodológicos

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2018) que enfocou as principais obras (livros) publicadas por pesquisadores da Geografia diretamente dedicadas ao tema do Patrimônio e Geografia nos últimos 15 anos e acrescentou-se a produção de algumas dissertações e teses de doutorado em Geografia que tem o Patrimônio como eixo central de suas discussões e que se tornaram referências de trabalho no campo.

Os procedimentos de reunião, leitura e organização lógica dos trabalhos levantados consistiram, portanto, numa revisão de literatura sobre o estado da arte dos estudos de Geografia sobre o patrimônio. Somado a isso, optou-se nesse artigo por dar enfoque também na identificação de Projetos de Extensão em Geografia que atuem diretamente no campo do patrimônio, uma vez que entendemos que o envolvimento em projetos de prática da preservação entre os profissionais de geografia é um dos fatores que tem levado a ascensão desse campo de pesquisa.

A revisão de literatura¹ demonstra que os anos da década de 2000 foi um terreno especialmente fértil para a emergência de tais pesquisas, conforme já observado por Paes (2017). Para esboçar os principais contornos desse cenário, registramos aqui o quanto é difícil e arriscado tentar estabelecer os princípios de um campo temático, pois de fato, não raro algumas pesquisas e autores escapam ao “radar” do revisionista.

Logo, de antemão esclarecemos que não é nosso intuito indicar o exato ponto de partida ou fundante; ou mesmo fazer um inventário sistemático de todas as publicações do campo, ou

¹ A revisão de literatura foi realizada primeiramente não apenas para este artigo, mas para construção da pesquisa de doutorado de Martins (2020), recém defendida, em que se discute a dimensão espacial da preservação enfocando principalmente o desenvolvimento de ferramentas de identificação e produção do conhecimento sobre os bens do patrimônio, e em específico o caso do uso das cartografias participativas em projetos desenvolvidos no âmbito do IPHAN.



um levantamento regional das pesquisas. Nossa pretensão aqui é tão somente apontar os debates mais recorrentes pelos quais o Patrimônio tem sido abordado nas pesquisas em Geografia, segundo a revisão de literatura aqui realizada.

O Patrimônio emerge como tema de interesse da Geografia

Paes (2017) assinala que a Geografia chegou tardiamente à discussão sobre o patrimônio cultural, se considerarmos que esse debate já vinha sendo travado muito antes da década de 2000 por outras ciências como àquelas indicadas pela autora - História, Arquitetura e a Arqueologia - e acrescentaríamos ainda a própria Antropologia.

Entretanto, cabe um parêntese para registrar que a Geografia se fez presente nas discussões sobre a preservação do Patrimônio ainda nos anos 1970 e 1980 através da atuação de geógrafos envolvidos em discussões que ocorriam não tanto no âmbito acadêmico, mas junto aos órgãos de preservação. Desde então, as questões práticas têm exigido a presença da geografia nas discussões sobre a importância de preservar, como, por exemplo, foi o caso em torno da necessidade de proteção de reservas e paisagens naturais que contou com a atuação frequente de Aziz Ab'Saber² no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico em São Paulo - CONDEPHAAT (SCIFONI, 2006, p.107; CRISPIN, 2014).

Como afirmam Berdoulay e Soubeyran (2020, p.156), existem antigas “pontes lógicas” unindo o patrimônio, quer natural ou cultural, com a ideia de desenvolvimento sustentável. Enquanto campo que visa identificar elementos memoráveis que merecem ser transmitidos às gerações futuras, os trabalhos sobre patrimônio chamaram atenção dos geógrafos ao redor do mundo desde as grandes reuniões internacionais do último terço do século XX, tais como a Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano) ou a convenção internacional da UNESCO conhecida como Recomendação de Paris (Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural), ambas de 1972.

² Para maior detalhamento sobre a atuação de Ab'Saber como conselheiro representante do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e cargos que ocupou no CONDEPHAAT, Ver a Dissertação: CRISPIN, Felipe B. Entre a Geografia e o patrimônio: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2014. Guarulhos, 2014.



Estudos recentes³ demonstram a presença do olhar geográfico até mesmo antes, ainda na década de 1930 e 1940 como o do intelectual Raimundo Lopes da Cunha que produziu obras sobre a Geografia e a etnologia maranhense e teve forte atuação junto ao Museu Nacional (da UFRJ) e como Consultor do SPHAN, conforme era denominado, à época, o IPHAN (VIDAL, 2020; THOMPSON *et al.*, 2012).

Essa aproximação tardia, pelo menos ao que tange à produção acadêmica em Geografia, não teria de modo algum, como coloca Paes (2017), retomando seus escritos anteriores (PAES, 2015), invalidado a contribuição geográfica ao debate. Muito pelo contrário, corrobora-se com o ponto de vista da autora, para quem a Geografia tem posto em relevo tensões pungentes relacionadas ao uso contemporâneo do patrimônio:

[...] E este fato não foi restrito à geografia brasileira. Na França, território consagrado ao patrimônio cultural, a abordagem geográfica deste também só se inicia, praticamente nos anos 2000, com uma rica e particular contribuição disciplinar que renovou as abordagens ao colocar no centro do debate a sua dimensão espacial, política e como objeto dos interesses do presente e não apenas da preservação do passado (PAES, 2017, p. 14).

Acerca da experiência da Geografia francesa podemos destacar alguns autores como Gui Di Méo (2014), Vershambre (2014) e também Vincent Berdoulay (2002). Este último, juntamente com Olivier Soubeyran, propugna que a noção de adaptação começou a ser relacionada com os limites da transformação humana da Terra desde as contribuições de Paul Vidal de La Blache. Dois de seus discípulos, Jean Brunhes e Max Sorre pensaram a questão em nível planetário, de forma pioneira, denunciando a economia destrutiva e apontando um futuro pessimista para a humanidade com base apenas em benfeitorias técnicas da civilização moderna. Do mesmo modo, Berdoulay e Soubeyran apontam o proeminente geógrafo norte-americano de ascendência alemã, Carl O. Sauer, como pioneiro no interesse pelo devir ecológico da humanidade. Sauer chegou mesmo a organizar, em 1956, o simpósio “O papel do homem na transformação da face da Terra” (*Man’s role in changing the face of the Earth*). Não por acaso, ele tem sido considerado um dos maiores inspiradores dos movimentos de conservação da natureza nos Estados Unidos, embora seja mais conhecido como “pai da geografia cultural americana”.

³ VIDAL, Rafael. T. Sociogênese do patrimônio natural carioca: ideias e representações de natureza no IPHAN (1930-1965). Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PPGPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.



Várias ideias aí debatidas têm ecoado no planejamento territorial até hoje: críticas aos paradigmas científicos dominantes, o lugar da incerteza, o imperativo da reflexividade e a necessidade de diálogo entre culturas ocidentais e não-ocidentais, políticas de conservação do patrimônio natural e cultural etc. (BERDOULAY; SOUBEYRAN, 2020, p. 64-67). Pode-se pensar, portanto, que a gênese do interesse pelo patrimônio na geografia guarda uma intrincada relação entre as esferas da natureza e da sociedade.

Paes (2017) elenca aqueles que seriam alguns dos principais enfoques trabalhados pela Geografia:

[...] Os conflitos de interesse de uso nas disputas territoriais, quer sejam áreas urbanas ou naturais; a fetichização das paisagens refuncionalizadas; as lógicas contraditórias entre um patrimônio que se quer globalizado às custas de um patrimônio vivido por suas populações na escala local; e também a produção simbólica, tomada como legitimação de grupos sociais em um campo de conflito e dominação de ideologias na apropriação territorial ganharam luz nas investigações geográficas (PAES, 2017, p. 14).

Desse modo, desde os trabalhos desenvolvidos no início dos anos 2000 até este momento atual, podemos observar uma crescente e variada gama de temáticas sendo trabalhadas sob a interface dos campos Geografia e Patrimônio, aspecto que guarda relação próxima inclusive com o próprio processo de alargamento de horizontes teóricos e metodológicos da geografia, com a maior inserção, por exemplo, de trabalhos no âmbito da geografia Cultural. A seguir procuramos apresentar os principais contornos dessas abordagens temáticas e indicar alguns percursos.

Geografia urbana e do turismo: o canal de inserção da Geografia no campo do Patrimônio

A partir de uma visada sobre o perfil dos temas arrolados por Paes (2017), assim como, sobre outros temas com os quais se teve contato durante o levantamento bibliográfico percebe-se que estes remetem em grande parte à contextos espaciais urbanos. É o que revela também a leitura dos trabalhos que compõe uma das primeiras obras voltadas especificamente para esse tema: “Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural”, já que dos oito artigos, sete são pautados em pesquisas desenvolvidas em áreas urbanas como a cidade de São Paulo (RODRIGUES, 2008) e Ouro Preto (CIFELLI, 2008) e Salvador (SOTRATI, 2008).

A revisão das teses também demonstrou uma série de exemplos de pesquisas que tiveram como objeto de estudo os centros históricos das cidades coloniais brasileiras fortemente marcadas pela atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) na



chamada “fase heroica” da instituição, como é tratado o período que vai da criação à aproximadamente as 3 primeiras décadas de existência do IPHAN. Este é o caso dos estudos sobre as ‘cidades históricas’ de Minas Gerais (RODRIGUES, 2001; CIFELLI, 2005; COSTA, 2011; 2015), mas também cidades localizadas em outras regiões como no Nordeste, com pesquisas sobre o caso emblemático da refuncionalização do Pelourinho em Salvador cujo o ponto central das justificativas para as obras de intervenções foi a preservação do Patrimônio (SOTRATI, 2010a, 2010b).

Ao analisarem a urbanização dessas cidades, percebeu-se que a presença contundente das políticas de patrimônio interferindo sobre o planejamento das políticas urbanas, tornara incontornável a necessidade da Geografia se debruçar sobre o universo da preservação e conceitos relacionados à história da arte, arquitetura, urbanismo e conservação.

Desse modo, a partir da revisão é possível afirmar que boa parte das pesquisas geográficas brasileiras chegou ao estudo sobre o patrimônio pela via da já consagrada Geografia Urbana, através de investigações, que tem como um dos intuitos principais compreender o papel da patrimonialização na construção/produção do espaço urbano, com ênfase na crítica da mercantilização das paisagens dos centros históricos urbanos que passaram por processos de refuncionalização.

Entretanto, é preciso dizer que os trabalhos que tocam na relação entre questões da urbanização e o patrimônio, com frequência abordam também o fenômeno turístico, visto que ambos estão muito associados à necessidade de usar o reconhecimento de bens culturais como patrimônio no sentido de alavancar economicamente, através do discurso estético-paisagístico, as áreas centrais das cidades através do fomento da atividade turística. Como colocou Cruz⁴ (2017), essa relação entre urbanização, patrimônio e turismo não é recente, mas refere-se ao próprio contexto histórico de emergência desses processos remontando, por conseguinte, ao século XVIII e XIX.

Logo, por isso também não é fácil separar em eixos temáticos investigados pela Geografia junto ao campo do Patrimônio, pois estes temas estão imbricados e vêm sendo trabalhados juntos, posto a necessidade do ‘diálogo interdisciplinar’ de que nos fala Paes (2017, p. 15).

Não por acaso, mas justamente pela necessidade de reconhecer e estabelecer diálogo entre uma série de pesquisadores que trabalham na interface dessa tríade temática,

⁴Em prefácio à coletânea organizada por Paes e Sotratti (2017), citada anteriormente.



é que surge um dos primeiros Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ANPEGE) que insere o patrimônio como tema central, denominado “Geografia e Patrimônio Cultural - Cidade, Imagem e Patrimônio”, criado durante o encontro de 2013. Tomamos o exemplo da criação desse GT da ANPEGE que permanece agregando professores⁵ e estudantes de pós-graduação como uma evidência da ascensão desse tema de trabalho na Geografia.

A Paisagem nas Políticas Públicas de preservação: um tema-chave na Geografia que estuda o Patrimônio

O levantamento apontou que a preservação das paisagens tem sido um dos temas abordados de forma mais recorrente nas obras pesquisadas. Esta informação torna-se mais interessante quando notamos que as teses e obras foram fortemente motivadas não só a partir da vida acadêmica, mas por experiências práticas com o envolvimento dos geógrafos e geógrafas em ações de preservação. Estes integraram, em algum momento de suas trajetórias profissionais, equipes de elaboração de políticas/projetos de preservação do patrimônio, ou mesmo o corpo técnico de instituições de memória e preservação, como o IPHAN.

Podemos citar pelo menos dois exemplos⁶ de pesquisas fundamentais: um seria o caso dos estudos sobre a candidatura do Centro histórico da cidade de Iguape (SP) à Patrimônio Cultural Brasileiro, fortemente centrado na importância de considerar a dimensão da natureza como integrante da construção da noção de patrimônio natural, aliado ao cultural, realizado pelas professoras Simone Scifoni e Flávia Brito Nascimento (BRITO; SCIFONI, 2010; 2015).

Cabe destacar ainda que os estudos para a construção do Dossiê de candidatura de Iguape ao título de Patrimônio cultural brasileiro, pelo IPHAN, estão fortemente relacionados a tese da profa. Simone Scifoni, umas das primeiras teses de Geografia diretamente voltada ao campo do patrimônio, que demonstra a construção da noção de patrimônio natural. Scifoni (2006) apresenta bases para um argumento central do movimento em curso naquele momento de alargamento da visão instituída de Patrimônio. Justamente chama a atenção para a necessidade de entender que o patrimônio natural também possui uma dimensão cultural, considerando que esta é uma das contribuições basilares do pensamento geográfico, isto é,

⁵ Atualmente a coordenação deste GT da ANPEGE está a cargo dos professores Maria Tereza Duarte Paes (UNICAMP), Rafael Winter Ribeiro (UFRJ, MP/IPHAN), Caio Augusto Amorin Maciel (UFPE), Maria Goretti Tavares (UFPA) e Everaldo Costa (UnB).



compreender os fenômenos espaciais com base na relação histórica entre natureza e sociedade e não de forma dissociada (SCIFONI, 2006)

Outro exemplo é a pesquisa sobre os limites e possibilidades do emprego da noção de Paisagem Cultural como ferramenta de preservação e seus rebatimentos políticos para a gestão das cidades, refletindo especialmente sobre o caso da candidatura internacional do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial pela Unesco (RIBEIRO, 2007).

Além de serem obras que se tornaram referência para o estudo das paisagens patrimonializadas no Brasil, o que estas pesquisas têm em comum é justamente terem sido construídas por pesquisadores da Geografia que também atuaram como técnicos das equipes que pensaram propostas de ações de proteção, isto é, que se colocaram na condição de pensar políticas preservacionistas para casos concretos.

Pesquisa como as exemplificadas anteriormente, parece ter aberto uma ala de trabalhos que se propõem a refletir acerca de experiências práticas de preparação de dossiês para candidaturas de bens a reconhecimento oficial pelas instituições de preservação, sejam elas locais, nacionais e internacionais como foi o caso da candidatura junto à UNESCO. Desse modo, o envolvimento desses pesquisadores revela a necessidade de a Geografia pôr-se cada vez em debate nos fóruns que discutem e elaboram políticas públicas de preservação.

É importante mencionar também que, mais recentemente, ao considerar tais políticas públicas de preservação do patrimônio, alguns estudos têm encontrado nas leituras da Geografia Política os alicerces para compreender diferentes formas de apropriação dos discursos patrimoniais pelos sujeitos, que ora incorporam, ora rechaçam as orientações veiculadas por estas políticas (RIBEIRO, 2017). Assim, o patrimônio tem sido visto também na Geografia como um recurso na composição de diferentes e discordantes estratégias de mobilização de coletivos pela busca da contemplação de suas demandas sociais como por exemplo por direitos territoriais, por direitos culturais e mesmo por serviços públicos urbanos.

É aí, por exemplo, que se inscrevem uma série de pesquisas do grupo de pesquisa GeoPPol (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território), que possui inclusive uma linha de pesquisa sobre Políticas da Paisagem e Políticas do Patrimônio Cultural⁷, que buscam entendimento da mobilização política das noções caras a Geografia como paisagem, território e natureza presentes no discurso preservacionista pelos diferentes sujeitos envolvidos nos processos de preservação; ainda discutem de maneira crítica a apropriação dessas noções na construção de justificativas “preservacionistas” que norteiam projetos de intervenções de

⁷Coordenada pelo professor Dr. Rafael Winter Ribeiro.



ordenamento urbano e territorial. Tais estudos denunciam que estas, muitas vezes, se chocam com a própria ideia de cidadania que a preservação deveria ajudar a compor.

O envolvimento do geógrafo(a) com a preservação na prática: a imersão de profissionais por meio do Mestrado do IPHAN e os projetos de extensão universitária

Nesse contexto, entre as pesquisas que partem de experiências práticas nas quais os pesquisadores em Geografia participam da elaboração/aplicação/avaliação de projetos de preservação, incluímos aí também as pesquisas desenvolvidas junto ao programa de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN, conhecido como “PEP/IPHAN”.

De acordo com dados fornecidos pela Coordenação do programa, ao todo foram 13 profissionais formados em Geografia (Licenciatura ou bacharelado) que ingressaram em vagas do Mestrado, ao longo dos últimos 11 anos e 06 dissertações produzidas, até o momento. Estes geógrafos e geógrafas não só desenvolveram suas dissertações como outros produtos técnicos como relatórios, textos para laudos, mapas, etc. voltados diretamente para questões práticas da preservação. Desse modo, seus trabalhos foram inspirados nas vivências dentro da instituição, visto que trabalharam diretamente nas unidades ou superintendências estaduais do referido órgão, sendo a vivência da rotina institucional uma exigência do formato do próprio mestrado.

Houve nestas trajetórias geográficas a incursão no universo de conceitos e práticas dos arquitetos, historiadores e antropólogos por meio do IPHAN. Logo, olhando para esse conjunto de experiências percebe-se que não só os pesquisadores se deslocam fisicamente pelo país, já que para cumprir as exigências do edital de seleção do mestrado há em muitos casos a necessidade de mudança de domicílio para trabalhar na cidade onde fica a sede da superintendência/escritório técnico que os selecionou. Mas também os objetos tradicionalmente vistos pelo cabedal teórico, consolidado no campo da preservação, sofrem esse deslocamento, pois muito do que ali é feito se torna alvo do olhar geográfico, o que também provoca tensionamentos internos a própria disciplina que passam, por exemplo, pela “revisão das nossas tradicionais categorias [...] já incorporadas ao processo de patrimonialização” como bem observou Paes (2017; p. 15).

O retorno à reflexão pode ser visto como profissional e acadêmico pois apesar das dissertações não serem desenvolvidas na universidade, mas dentro do próprio IPHAN, há o constante diálogo com a academia e colaboração de funcionários que, em grande parte, são também professores em instituições de ensino superior e pesquisadores em formação na pós-graduação.



A extensão universitária como prática de preservação do patrimônio: projetos de extensão

Falando sobre interdisciplinaridade, entendemos a Geografia que estuda o patrimônio, também tem se consolidado no âmbito acadêmico não só por meio da pesquisa, mas através também da extensão, na forma de projetos que visam aproximar a comunidade acadêmica à sociedade, o que justamente impele a processos interdisciplinares.

Neste tópico daremos enfoque ao último eixo – extensão. A extensão universitária foi definida pelo FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em seu primeiro encontro nacional, realizado em novembro de 1987 na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília, como:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. [...] é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (FORPROEX, 1987, p. 11).

Nesse sentido Coelho (2014) complementa que:

A participação em atividades extensionistas permite aos estudantes, por um lado, aumentar seu engajamento social e desenvolver cidadania e, por outro, qualificar-se profissionalmente, tendo, na interação com a sociedade, fonte de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, sentindo-se, dessa forma, mais seguros para o exercício profissional após a diplomação. (COELHO, 2014, p. 16).

Nestes termos, a importância da extensão universitária para a formação acadêmica está nas experiências que elas possibilitam para os discentes, já que permitem uma interação deles com as realidades sociais que os rodeiam, onde colocam em prática os conhecimentos do âmbito acadêmico, tendo uma aproximação com o espaço profissional onde vão atuar como futuros educadores e pesquisadores.

Um exemplo de um projeto interessante para pensar a atuação dos profissionais de Geografia em formação no campo do patrimônio: o Projeto de extensão Roteiros Geo –



Turísticos⁸, criado em 2011, cuja ideia central é fazer caminhadas guiadas para conhecimento do patrimônio histórico de Belém. O projeto é também uma

[...] ferramenta de educação patrimonial [...], fazendo com que a conservação dos prédios seja fundamentada por meio do conhecimento da história dos monumentos e da cultura praticada em torno deles [...]. (BARROS; SERRA, 2018, p. 211).

O projeto Roteiros Geo-turísticos - conhecendo o centro histórico de Belém na Amazônia - Projeto de Extensão da UFPA, foi criado com o intuito de apresentar à comunidade científica, à sociedade local e aos turistas, que ele não é um roteiro turístico convencional, pois busca aliar conhecimentos históricos, arquitetônicos, culturais e geográficos. Ele insere locais que não têm sido incluídos frequentemente nos passeios comercializados, espaços nos quais é nítida a carência de ações do poder público, principalmente no que se refere à limpeza e segurança, ao contrário do que ocorre em certos espaços restaurados e refuncionalizados.

A denominação roteiro geo-turístico, no caso do projeto de extensão em Belém, deve-se ao fato de relacionar as análises geográficas sobre o espaço com as práticas turísticas, além de buscar evidenciar a diversidade de agentes e de modos de vida que produzem a cidade, o que contribui para a perspectiva pedagógica do turismo, um real encontro do turista com o lugar, com a vida do lugar. O que muitas vezes em alguns roteiros turísticos tradicionais é impossibilitado pela rigidez no controle do pouco tempo e dos objetivos do “fast tour”, onde o turista tem que ver e fotografar mais em menos tempo. Nesse sentido, observa-se a importância da participação da população local neste processo, pois ações como estas podem ser um ponto de partida para a formulação de políticas públicas de turismo que agreguem tanto os valores culturais quanto os de reprodução econômica.

Seguindo diretrizes de um tipo de turismo avesso à massificação das práticas consolidadas do turismo global – uma espécie de turismo alternativo – os Roteiros se constituem como verdadeiras ferramentas de ensino sobre o patrimônio e instrumento da ressignificação das práticas turísticas. O pano de fundo é a cidade de Belém, possuidora de uma história e geografia própria que atravessa quatro séculos de formação espacial peculiar no Brasil. Em sua porção setentrional, o turismo de base comunitária, por sua vez, é o ideário dessa prática.

⁸ O projeto Roteiros Geo-turísticos surgiu de discussões acadêmicas do GGEOTUR (Grupo de Geografia e Turismo – Turismo e Desenvolvimento Socioespacial na Amazônia), coordenado pela prof^a. Dr^a. Maria Goretti da Costa Tavares sediado na Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), e com a colaboração de diversos docentes da UFPA, além de uma equipe de estudantes de Geografia que são os monitores das excursões.



Como Belém passou por diversas fases da expansão do sítio urbano, determinadas frações da cidade resguardam momentos históricos importantes. Por sua vez, os roteiros retomam as explicações referentes à construção dos monumentos, das tradições e dos acontecimentos histórico-culturais que marcaram a formação da cidade. As questões tratadas tentam superar as informações típicas dos guias e manuais de turismo, nos quais o conhecimento sobre o patrimônio e a valorização espacial que eles podem inferir sobre o lugar é pouco tratado.

Há uma preocupação nos Roteiros Geo-Turísticos em não explicar o significado de patrimônio sem dissociar os aspectos culturais e históricos de Belém, que formam sua geografia peculiar. Explicam-se as rugosidades espaciais (SANTOS, 2006), que podem ser compreendidas como formas espaciais presentes, resultantes de um determinado processo de ocupação. O conceito de rugosidade espacial tem por base a contribuição científica do nosso geógrafo Milton Santos e no projeto tem contribuído para o processo de popularização da ciência. Conceitos da leitura geográfica, tais como, produção do espaço, território, territorialidade, lugar e paisagem, também são tratados e explicados de forma a contextualizar a realidade socioespacial e cultural da cidade.

Em termos teórico-metodológicos de elaboração e execução dos roteiros geo-turísticos, a equipe do projeto é pautada por princípios participativos e dialogais, tendo como referencial o turismo inclusivo e sustentável, com características de turismo alternativo, com ações distribuídas no levantamento e sistematização de dados, preparação e implementação das oficinas, palestras e os roteiros propriamente ditos. Especificamente, o seguinte percurso metodológico, composto por dez fases básicas, é utilizado para cada roteiro implantado:

1. Definição do tema e itinerário e pontos de paradas do roteiro;
2. Levantamento bibliográfico, iconográfico e documental sobre a temática do roteiro e pontos selecionados;
3. Trabalho de campo para reconhecimento do trajeto do roteiro e contato com as associações presentes na área-objeto do roteiro;
4. Elaboração de texto-guia do roteiro, com base na sistematização de todos os dados levantados pela equipe;
5. Levantamento fotográfico da área-objeto do roteiro;
6. Reuniões semanais de avaliação para aperfeiçoamento da forma e conteúdo do roteiro;
7. Articulação com órgãos governamentais para apoio de divulgação do roteiro (a saber, Secretaria de Estado do Turismo do Pará – Setur, Coordenadoria Municipal de Turismo de



Belém – Belemtur, Associação Cidade Velha - Cidade Viva – Civiva, Secretaria de Estado de Cultura do Pará – Secult e Iphan);

8. Envolvimento das associações de moradores ou trabalhadores da área-objeto do roteiro;

9. Roteiros-teste com os monitores do projeto;

10. Divulgação nas redes sociais e implementação do roteiro.

Como ação de educação patrimonial o roteiro tem inserido a sociedade local no conhecimento e problemas do patrimônio material e imaterial da cidade de Belém. A estatística do projeto estima que do total de 8.000 (oito mil) participantes, desde janeiro de 2011, 95% são moradores da cidade de Belém, o que revela a importância da ação para a sociedade local belenense.

Viabilizado pela participação de monitores e professores, geógrafos e geógrafas em sua maioria, a natureza prática deste projeto significou segundo Goretta Tavares (2018), sua coordenadora, uma espécie de transformação social que se daria em duas vertentes:

A primeira diz respeito à própria formação dos alunos envolvidos no projeto, já que esse viabiliza o ensino de conceitos e categorias do universo geográfico *in loco*, ampliando, dessa maneira, as reais condições de um profissional desenvolver trabalhos na área do ensino, da pesquisa e da própria extensão. Em segundo lugar, (...), o projeto de extensão tem a intenção clara de romper com os atuais paradigmas do mercado do turismo, que é aquele ligado à reprodução de uma massa consumidora que coloca em prática o consumo pelo consumo do espaço [...]. (TAVARES, 2018, p. 07).

Este projeto que trouxe um reconhecimento ímpar até então para a Geografia, no campo das políticas de preservação, através do recebimento, em 2016, do prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade pelo IPHAN, foi apenas um exemplo sobre como turismo e patrimônio estão diretamente relacionados entre si, e com a produção do espaço urbano, numa rede conceitual e explicativa que tem sido cada vez mais bem explorada pelas pesquisas em Geografia.

Até o ano de 2020, foram formados e implantados 11 (onze roteiros), oferecidos ao público, de forma gratuita e mensal, e intercalada. É importante registrar que o projeto estabeleceu, ao longo do tempo, vários roteiros em parceria na região Metropolitana de Belém, desenvolvidos em alguns municípios e até fora do Estado. Estes e outros resultados foram reunidos em um livro sobre o projeto intitulado: “Geografia, Turismo e Patrimônio na Amazônia Brasileira. Projeto Roteiro Geo-Turístico em Belém do Pará”, que reúne textos que abordam: a experiência dos diversos roteiros realizados em Belém; das etapas metodológicas seguidas; a cartográfica por meio da elaboração do mapa dos roteiros; a replicação da



experiência em outras cidades do estado; o registro e documentação fotográfica ao longo dos sete anos do Roteiros; e as parcerias em atividades educativas com o Iphan e outros parceiros.

Isso demonstra o impacto dessa ação de extensão e a mobilização que ela foi capaz de promover ao longo de sua existência. Os proponentes foram ex-alunos do curso de graduação ou mesmo ex-orientandos do curso de Mestrado em Geografia. Todos eles motivados pela possibilidade de promover o conhecimento do seu lugar de vivência, todos eles geógrafos e docentes do ensino superior ou do ensino médio. Alguns desses roteiros foram ofertados uma única vez, outros, tem certa frequência de oferta. Como forma de contribuir para sua manutenção, o projeto insere alunos de iniciação científica do ensino médio desde o ano de 2013, como foi o caso do roteiro em Cametá e continua sendo o roteiro nos Distritos de Icoaraci e Outeiro.

Existe uma experiência fora do Estado do Pará, trata-se do Roteiro Geo-turístico de Porto Nacional, Tocantins, que iniciou as suas atividades no ano de 2014, sendo coordenado pela profa. Rosana Balsan, do Departamento de Geografia, do Campus de Porto Nacional, UFT. O Roteiro Geo-turístico do centro histórico de Porto Nacional - TO é um projeto de extensão universitária promovido pelo Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades (NEUCIDADES) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Porto Nacional. É uma proposta de educação patrimonial para estudantes e interessados. O projeto foi financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) no ano de 2014/2015 e, atualmente, conta com o apoio do Iphan e da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Nacional. O objetivo do projeto é apresentar para o público alvo atendido as marcas geográficas, históricas e arquitetônicas do centro histórico de Porto Nacional, destacando a importância da preservação e do tombamento (BALSAN & FEITOSA, 2017).

Considerações Finais

A partir da revisão percebemos que boa parte das pesquisas geográficas chegou ao estudo sobre o patrimônio pela via da já consagrada Geografia Urbana, através de investigações, que tem como um dos intuitos principais compreender o papel da patrimonialização na construção/produção do espaço urbano, com ênfase na crítica da mercantilização das paisagens forjadas para o uso turístico a partir da refuncionalização dos bens patrimonializados.

Pode-se concluir também que, mesmo diante de sua inserção tardia no campo do Patrimônio como nos chama atenção Paes (2017), a Geografia trouxe contribuições para o mesmo e uma delas observada, tendo em vista os trabalhos levantados, seria justamente



conduzir os estudos sobre o Patrimônio a partir de uma visão crítica sobre os processos de gestão desses bens e espaços patrimonializados. A Geografia tem sinalizado para a necessidade de maior participação social e política da contemplação da diversidade de grupos a serem considerados pelas políticas de preservação.

Buscamos demonstrar que o patrimônio tem crescido também como tema de interesse de pesquisa na Geografia. Processo que se espelha no crescimento das práticas estudantis dos geógrafos junto à projetos de pesquisa e, igualmente importante, às práticas de extensão desenvolvidas no âmbito das universidades. Nesta análise procuramos também dar destaque aos conhecimentos gerados pela geografia a partir das experiências profissionais vividas no contexto de órgãos de políticas preservacionistas tais como IPHAN, como aquelas proporcionadas pelo Mestrado profissional focado neste artigo. Neste último caso, pretendemos dar continuidade na pesquisa sobre estas práticas profissionais através da ampliação do levantamento de práticas de extensão voltadas para preservação e de outras formas de atuação dos geógrafos e geógrafas fora da academia, mas ligados ao campo do patrimônio.

Referências

BALSAN, R & FEITOSA, T. de C. da S. O patrimônio cultural brasileiro: uma abordagem centrada na cidade de Porto Nacional – TO. **Revista Interface**, Edição nº 13, julho de 2017 – p. 88 - 101.

BARROS, M. C.; SERRA, H. H. A Belém da Belle Époque e os Roteiros Geo-Turísticos como Instrumentos de Educação Patrimonial. **Formação (ONLINE)**, Presidente Prudente, v. 25, n. 44, p. 209-239, jan./abr. 2018.

BERDOULAY, V.; SOUBEYRAN. O. **L'aménagement face à la menace climatique. Le défi de l'adaptation**. Grenoble: UGA Éditions, Université de Grenoble Alpes, 2020.

BRITO, F. N.; SCIFONI, S. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. **PARC: Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v.6, n.1, p. 26-38, 2015.

_____. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira - SP. **Revista CPC**, São Paulo, n.10, p.1-12, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466>.v0i10p29-48>. Acesso em: 17 de ago. de 2018.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Trad. Margareth C. A. Pimenta e Joana A. Pimenta. Florianópolis: 2ed. UFSC, 2014.

COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. Em **Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11-24, jul. / dez. 2014.



CRISPIN Felipe B. **Entre a Geografia e o patrimônio**: Estudo das ações de preservação das paisagens paulistas pelo Condephaat (1969-1989). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2014. Guarulhos, 2014.

CRUZ, R. C. A. Prefácio. In: PAES, M. T. D. SOTRATTI, M. A. (orgs.) **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**: identidades, usos e ideologias. São Paulo: Annablume; Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017. P. 9-11.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, A. Betânia S. P. **Cartografias participativas e preservação do patrimônio cultural**: análise de projetos no âmbito do IPHAN e uma experiência de aplicação no Recife, PE. 278 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MARTINS, A. B. de S. P. **Cartografia do Patrimônio Cultural**: uma análise da Cartografia no âmbito dos inventários nacionais do IPHAN. 2015. 101f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Coordenação de pesquisa e Documentação (COPEDOC) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

PAES, Maria T. D.; OLIVEIRA, M.R.S (Org). **Geografia, Turismo e Patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. Introdução e Apresentação. In: PAES, M. T.D.; SOTRATI, M. A. S. (Orgs.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**: Identidades, Usos e Ideologias. 2017. p.13-26.

PAES, M. T.D.; SOTRATI, M. A. S. (Orgs.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**: Identidades, Usos e Ideologias. 2017.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Patrimônio, discurso e prática: incursões sobre democracia e cidadania a partir do Rio de Janeiro e o Patrimônio Mundial**. In: Maria Tereza Duarte Paes. (Org.). Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias. 1ed.São Paulo: AnnaBlume, 2017, p. 45-66.

RODRIGUES, C. N. **Territórios do patrimônio**: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CIFELLI, G. **Turismo, Patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto – MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

COSTA, E. B. **Cidades da 'patrimonialização global'**. 1. ed. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015. v. 1. 437p.

_____. **Totalidade urbana e totalidade-mundo**: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global, 2011. 427f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FORPROEX – Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. 1987. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>



SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 2006.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural.** 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP. 2006.

TAVARES, M. G. da C. Turismo, patrimônio e espaço geográfico: teoria e prática de uma ação interdisciplinar. **E-metropolis**, Rio de Janeiro, n. 32, ano. 9, p. 07-18. 2018.

THOMPSON, A.; LEAL, C.; SORGINE, J.; TEIXEIRA, L. História e civilização material na Revista do Patrimônio. nº 34. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Brasília, 2011.

VIDAL, Rafael. T. **Sociogênese do patrimônio natural carioca: ideias e representações de natureza no IPHAN (1930-1965).** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PPGPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SOTRATI, M. A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do centro histórico de Salvador – Pelourinho. In: PAES, M. T.; OLIVEIRA, M. (orgs.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Annablume, 2010.

_____. **Imagem e Patrimônio Cultural: as Ideologias Espaciais do Patrimônio Turistificado na Promoção Turística internacional do Brasil - EMBRATUR 2003-2010.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

Agradecimentos:

Agradecemos à coordenação do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pela disponibilização da lista de dissertações defendidas até o ano de 2020 que serviu como base para o levantamento apresentado.